

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado (S.C.)

Class.: Polít. Des. Regional

Data: 27 de junho de 1988

Pg.: 30

Grandes projetos e povos indígenas

1988
Sílvio Coelho dos Santos
Antropólogo

Realizou-se em Assunção, Paraguai, entre 13 e 17 do corrente, uma histórica reunião que congregou profissionais e entidades comprometidos com os povos indígenas. O objetivo desse encontro foi analisar as conseqüências sobre a vida dos indígenas dos grandes projetos desenvolvidos no Brasil e no Paraguai. Em pauta, os investimentos e a política global das agências financeiras e entidades multilaterais.

Lamentavelmente, mais uma vez se constatou que no Brasil e no Paraguai não se leva em conta de fato a variedade sociocultural e lingüística dos povos indígenas, bem como sua relevância como patrimônio da humanidade. Tampouco se valoriza a importante contribuição das culturas indígenas para o conhecimento do manejo e conservação dos recursos naturais. As terras indígenas continuam sendo tratadas pelos governos como se fossem disponíveis para a implementação de quaisquer projetos rotulados de desenvolvimento, tais como rodovias, hidrelétricas, exploração mineral, agropecuária, colonização, etc...

Por outro lado, constatou-se que antes da elaboração de tais projetos não se consulta, nem tampouco se informa as populações indígenas atingidas, apesar de lhes causar gra-

ves efeitos negativos tais como perdas de terras, migrações forçadas, desorganização social, desmotivação de vida, etc. O caráter sigiloso é uma constante desses empreendimentos, bem como o seu alheiamento aos reais interesses das populações indígenas e ou regionais.

Assim, considerando que tais projetos são de responsabilidade dos governos do Brasil e do Paraguai e também das agências financeiras e outros órgãos multilaterais, tais como o Banco Mundial, o BID, a FAO, a CEE, além de bancos privados, recomendou-se que:

a) os povos indígenas sejam considerados sujeitos de seu próprio destino e que se evite a realização de projetos em suas terras; b) se assegure a esses povos plena participação decisória naqueles projetos considerados imprescindíveis, garantindo aos atingidos efetivas melhorias de qualidade de vida; c) se assegure aos atingidos assessorias de advogados e antropólogos, de sua livre escolha; d) antes de qualquer implementação, se garanta a demarcação das terras indígenas; e) as entidades internacionais de financiamento e governos tomem medidas visando sanar prejuízos já existentes e decorrentes dos referidos projetos, tais como Polonoeste, Carajás, Calha Norte, Caazapá, etc; f) se reconheça a importância do etnoconhecimento para a auto-sustentação das populações indígenas e a necessária reno-

vação dos recursos naturais; g) se garanta avaliações independentes e contrastivas dos projetos implantados e em implantação; h) se evite que repartições governamentais encarregadas das questões indígenas se apropriem indevidamente dos recursos dos projetos destinados às populações indígenas atingidas; i) se evite que os projetos venham a fortalecer as políticas integracionistas, aculturadoras e racionalizantes dos órgãos governamentais.

Por fim, e numa manifestação clara de compreensão da complexa problemática decorrente dos grandes projetos de desenvolvimento, tanto as instituições, como os profissionais e líderes indígenas presentes neste encontro, exortaram as autoridades governamentais e agentes financeiros internacionais para que estendessem também às populações regionais afetadas, e a questão ambiental como um todo, as preocupações e recomendações acima.

Vejam, agora, o que efetivamente vão fazer os governos e as agências internacionais de financiamento. Desastres como o Polonoeste, Balbina, Tucuruí, Carajás, Calha Norte, Caazapá e Eje Norte, para citar apenas alguns dos ditos projetos de desenvolvimento que foram ou estão sendo implantados no Brasil e no Paraguai, não devem ser repetidos. Caso contrário, a solução será cobrar responsabilidades.